## Rogério Dias Correia

## FEDERALISMO FISCAL BRASILEIRO

Estruturas, desafios e perspectivas

Editora Lumen Juris Rio de Janeiro 2026

## Sumário

ntro	)dução	1
Capí	tulo I – Teoria Geral do Federalismo	7
1.	1 Aspectos Gerais sobre a Teoria do Federalismo	7
	1.1.1 Corrente Federalista	9
	1.1.2 Corrente Partidária do Reforço dos Artigos da Confederação	.11
	1.1.3 Corrente Unionista	.12
1.2	2 Fundamentos Psicológicos, Sociais e Filosóficos do Federalismo	.14
1	3 Natureza Jurídica do Estado Federal	.18
1.4	4 Premissas Fundamentais do Federalismo	28
	1.4.1 Repartição Constitucional de Competências	.29
	1.4.2 A Autonomia dos Entes Descentralizados	.35
	1.4.3 A Participação dos Entes Descentralizados na Formação da Vontade da União	.39
1.	5 Outras Características de um Estado Federal	43
	1.5.1 Nacionalidade Única	43
	1.5.2 Rigidez Constitucional	46
	1.5.3 Inexistência do Direito de Secessão	48
1.0	6 A Supremacia da Constituição Federal e o Controle da Legislação Infraconstitucional	48
1.3	7 Espécies de Federalismo	54

1.7.1 Federalismo Dual	55
1.7.2 O Federalismo Cooperativo	57
1.7.3 O Federalismo Simétrico e o Assimétrico	59
1.7.4 O Federalismo Orgânico	65
1.8 Os Entes Políticos que Compõem uma Federação	66
1.8.1 A União	67
1.8.2 Os Estados	69
1.8.3 Os Municípios	70
1.8.4 Outras Unidades Governamentais	75
1.9 Quadro sinótico	76
Capítulo II – Teoria Econômica do Federalismo Fiscal	79
2.1 Noções Gerais	79
2.2 Funções Fiscais	
,	80
2.2 Funções Fiscais	80 80
2.2 Funções Fiscais	80 80 82
2.2 Função Alocativa      2.2.2 Função Redistributiva	80 80 82
2.2 Função Alocativa  2.2.2 Função Redistributiva  2.2.3 Função Estabilizadora	80828384
2.2 Função Alocativa	80828384
2.2 Função Alocativa  2.2.2 Função Redistributiva  2.2.3 Função Estabilizadora  2.2.4 O Exercício das Funções pelos Níveis de Governo  2.3 Premissas Elementares da Teoria  Tradicional do Federalismo Fiscal	8082838486
2.2 Função Alocativa	808283848688

2.5.2.1 Eficiência Econômica
2.5.2.2 Equidade Nacional
2.5.2.3 Custo Administrativo98
2.5.2.4 Necessidade Fiscal101
2.5.3 Atribuição dos principais tributos na prática101
2.5.3.1 Tributos sobre a Propriedade Imóvel102
2.5.3.2 Tributos sobre a Renda103
2.5.3.3 Tributos sobre o Consumo105
2.5.3.4 Tributos sobre a Folha Salarial107
2.5.3.5 Tributos sobre os Recursos Naturais108
2.5.3.6 Tributos sobre o Comércio Exterior (importação e exportação)111
2.5.3.7 Tributos Contraprestacionais (ou bilaterais)111
2.5.4 Conclusões Gerais sobre a Atribuição de Poder Tributário112
2.6 Transferências Intergovernamentais113
2.6.1 Funções das transferências intergovernamentais117
2.6.1.1 Correção do Extravasamento de Benefícios118
2.6.1.2 Equalização Financeira Vertical e Horizontal 120
2.6.1.3 Aperfeiçoamento Global do Sistema Tributário 124
2.6.2 Diretrizes Gerais para Estruturação de um Sistema de Transferências Intergovernamentais125
2.7 As fronteiras Territoriais127
2.8 Federalismo Laboratório

2.9 A Competição Interjurisdicional129
2.10 Federalismo Fiscal sob Outros Enfoques
2.10.1 Objetivos Políticos e Econômicos de um Estado Federal 13-
2.10.2 A Descentralização Tributária e o Desenvolvimento Econômico136
2.11 Quadro Sinótico14
Capítulo III – Globalização e Federalismo Fiscal145
3.1 Noções Gerais sobre Globalização145
3.1.1 A globalização como Processo de Desenvolvimento148
3.1.2 A globalização como Instrumento de Imperialismo e Dominação149
3.2 Espécies de Globalização152
3.2.1 Globalização em Termos de Produção e Circulação de Mercadorias153
3.2.2 Globalização em Termos Regulatórios155
3.2.3 Globalização em Termos Comportamentais155
3.2.4 Globalização em Termos de Conscientização156
3.2.5 Globalização Financeira157
3.3 Globalização e Harmonização Tributária157
3.4 A Descentralização Tributária em um Mundo Globalizado163
3.4.1 A Globalização, Centralização Tributária e Preservação das Autonomias dos Entes Descentralizados162
3.4.2 A Centralização, Descentralização e Guerra fiscal

3.5 O Federalismo Laboratório, Centralização
e Descentralização Tributária181
3.6 Quadro Sinótico
Capítulo IV – O Federalismo Fiscal Brasileiro191
4.1 A Descentralização Fiscal no Estado Brasileiro191
4.2 O Sistema Tributário Nacional
4.2.1 Os Impostos
4.2.2 Contribuição de Melhoria195
4.2.3 As Taxas196
4.2.4 Empréstimos Compulsórios197
4.2.5 Contribuições Especiais198
4.3 A Partilha de Competências Tributárias`199
4.3.1 Competências Tributárias da União199
4.3.1.1 Impostos sobre o Comércio Exterior: Imposto sobre a Importação (II) e Imposto sobre a Exportação (IE)199
4.3.1.2 Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IR
4.3.1.3 Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI 202
4.3.1.4 Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativos a Títulos e Calores Imobiliários – IOF
4.3.1.5 Imposto sobre a Propriedade Rural - ITR 205
4.3.1.6 Imposto sobre Grandes Fortunas - IGF
4.3.1.7 Imposto Seletivo
4.3.1.8 Contribuições Especiais211

4.3.1.8.1 Contribuições Sociais211
4.3.1.8.2 Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE213
4.3.1.8.3 Contribuições de Intervenção das Categorias Profissionais ou Econômicas214
4.3.1.9 Impostos Residuais
4.3.1.10 Impostos Extraordinários de Guerra - IEG215
4.3.1.11 Contribuições Residuais
4.3.2 Competências dos Estados
4.3.2.1 Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação de quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD216
4.3.2.2 Impostos sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicações - ICMS217
4.3.2.3 Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA
4.3.3 Competências Tributárias dos Municípios228
4.3.3.1 Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU
4.3.3.2 Imposto sobre a Transmissão Intervivos, a Qualquer Título, por Ato Oneroso, de Imóveis, por Natureza ou Acessão Física, e de Direitos Reais sobre Imóveis – ITBI 229
4.3.3.3 Impostos sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN 230
4.4.3.4 Contribuição para Custeio do  Serviço de Iluminação Pública - CIP235

4.4.3.5 Contribuição sobre a Remuneração
dos Servidores Públicos
4.5 Imposto sobre Bens e Serviços - IBS
4.6 O Papel das Resoluções do Senado Federal em Matéria Tributária239
4.7 Transferências Intergovernamentais24
4.7.1 Espécies de Repartição244
4.7.1.1 Casos de Repartição Direta244
4.7.1.1.1 Repartição das Receitas da União com os Estados 244
4.7.1.1.2 Repartição de Receitas da União com os Municípios 246
4.7.1.1.3 Repartição de Receitas dos Estados com os Municípios
4.7.1.1.4 Repartição simultânea das Receitas da União com os Estados e Municípios248
4.7.2 Os Mecanismos de Repasse Indireto de Recursos 249
4.7.2.1 Fundo de Participação dos Estados - FPE
4.7.2.2 Fundo de Participação dos Municípios - FPM257
4.7.2.3 Fundos de Incentivo ao Setor Produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste
4.7.2.4 Fundo de Compensação à Desoneração das Exportações 264
4.7.2.5 Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional - FNDR 265
4.7.2.6 Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais (FCBF) 267
4.7.2.7 Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB)268
·
4.7.3 Garantias de Repasse270

4.8 Transferências Voluntárias	271
4.9 Emendas Parlamentares	274
4.9.1 Discussão Judicial Sobre as Emendas Parlamentares Impositivas	277
4.10 Questões Sensíveis no Federalismo Brasileiro	280
4.10.1 A Tributação Sobre o Consumo	280
4.10.2 Concessão de Benefícios Fiscais e a Lei de Responsabilidade Fiscal	281
4.10.3 O Sistema Unificado de Tributação Nacional - "SIMPLES NACIONAL"	284
4.11 Uma Análise Fática do Federalismo Brasileiro	288
4.12 Considerações sobre a Reforma Tributária Promovida pela Emenda Constitucional nº 132/2023 a Luz da	
Teoria do Federalismo Fiscal	310
4.13 Quadro sinótico:	321
Referências Bibliográficas	325